

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2016
e Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Relatório da administração	1 – 7
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8 – 10
Balancos patrimoniais	11
Demonstração do resultado	12
Demonstração do resultado abrangente	13
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto	15
Demonstração do valor adicionado	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17 – 41

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

Prezados acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no último exercício social da Companhia, encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Neste exercício a BH Airport atuou fortemente no desenvolvimento e implementação do modelo de governança, gestão e estratégia corporativa, com o propósito de ampliar a capacidade do aeroporto para atender à demanda de forma compatível com os níveis de serviço, segurança e qualidade integradas ao atendimento requerido pelo Contrato de Concessão, objetivando a melhoria contínua dos processos operacionais e de gestão.

1.2. Apresentação

O Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, administrado pela BH Airport, está localizado entre as cidades de Confins e Lagoa Santa, no Estado de Minas Gerais, na região sudeste do Brasil, e faz parte de um complexo de integração intermodal que contempla importantes rodovias de acesso à capital do Estado, Belo Horizonte.

A BH Airport atua na prestação de serviço, ampliação, exploração, manutenção e execução de melhorias do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte e está comprometida com o desenvolvimento sócio econômico e sustentável do Estado de Minas Gerais e do Brasil.

Com o propósito de dar continuidade ao desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, região metropolitana e Estado de Minas Gerais, a BH Airport vem desenvolvendo importantes melhorias no complexo aeroportuário, sempre com foco na qualidade da prestação de serviço, segurança do trabalho e seguranças aeroportuária e operacional.

1.3. Destaques do Ano de 2016

- **Inauguração do novo terminal de passageiros (TPS2):** O Novo Terminal de Passageiros foi inaugurado no dia 6 de dezembro de 2016. A nova infraestrutura é capaz de atrair novos vôos, tanto domésticos como internacionais, e elevar a qualidade de atendimento aos passageiros, com mais espaço, conforto e novas opções de serviços que passará a ter capacidade para processar 22 milhões de passageiros por ano. Em 11 de dezembro de 2016 iniciaram as operações na área de embarque e desembarque doméstico e em 20 de Janeiro de 2017 iniciaram as operações na área de embarque e desembarque internacional do novo Terminal.

Com a ampliação da área em cerca de 52 mil m², o Aeroporto passou a ter 132 mil m² de área construída. A nova estrutura está totalmente integrada aos saguões de embarque e desembarque antes existentes no Aeroporto. Foram acrescentadas 17 novas pontes de embarque à estrutura existente, totalizando 26; além de soluções tecnológicas que facilitam a operação, como e-gates (acesso à Sala de Embarque com leitura eletrônica de cartão de embarque) e bags-drop (serviço que permite ao próprio passageiro etiquetar e despachar sua bagagem). Além disso, há 4 esteiras de devolução de bagagens, 5 canais de inspeção, 2 canais de inspeção da Receita Federal e 10 guichês para conferência de passaporte, além de 18 elevadores, 9 escadas rolantes e mais 2.200 vagas de estacionamento.

2. Governança, Gestão e Estratégia Corporativa

A BH Airport possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva. A Governança Corporativa da BH Airport tem como principal objetivo conduzir, continuamente, os processos decisórios e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses de acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio e igualdade de interesses e oportunidades nos processos de tomada de decisão.

2.1. Gestão de Pessoas

A BH Airport por meio da área de Gestão de Pessoas tem o compromisso de construir um excelente ambiente de trabalho, saudável, sustentável, acolhedor e simples, no qual as pessoas possam ter espaço para aprender e se desenvolver. Um ambiente que viabilize a agilidade e a firmeza de propósito nos processos de tomada de decisão, resultando no fortalecimento dos relacionamentos, na consolidação de uma cultura organizacional de alto desempenho, na garantia da prestação de serviços públicos com mentalidade empresarial e proporcionando ao cliente uma experiência única e agradável.

Neste contexto, a BH Airport se posiciona, objetivando:

- a) Atuar como agente de mudanças e parceira estratégica das lideranças, com foco no desenvolvimento integrado da organização, das pessoas e dos processos;
- b) Ser percebida por todos os colaboradores como responsável pelas oportunidades de aprimoramento e estabelecimento de um ambiente organizacional saudável e integrado;
- c) Viabilizar o desenvolvimento da região, o fortalecimento da opinião pública e a melhoria da prestação dos serviços no Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, por meio da capacitação e do desenvolvimento humano dos seus colaboradores e demais profissionais que atuam no aeroporto e no seu entorno.

Considerando a importância do diferencial da atuação das pessoas para o sucesso de seu negócio, o Programa de Gestão de Pessoas define o ambiente e condições favoráveis para que as pessoas se motivem a exercer de maneira mais efetiva e humana possível, seus papéis e responsabilidades para obtenção dos resultados corporativos desejados.

Ao longo do ano foram contratados 53 profissionais para completar o quadro de colaboradores da BH Airport. Dos quais, 11 foram selecionados através do processo de Oportunidade Interna, que tem o objetivo de conferir aos seus profissionais a valorização de seus perfis, o estímulo ao seu crescimento e a oportunidade de evolução em suas carreiras. Do mercado de trabalho foram contratados 42 profissionais garantindo assim que a BH Airport cumprisse com o atingimento dos seus objetivos em 2016.

Em 2016 foram investidos R\$ 409 mil em treinamentos de capacitação e desenvolvimento dos seus colaboradores que resultaram em uma média de 70 horas de treinamento por colaborador.

A BH Airport acredita que a gestão do conhecimento e do capital intelectual é um de seus principais ativos e, por essa razão busca inspirar seus colaboradores, por intermédio da prática de sua Ideologia Central e Políticas Institucionais, a buscarem sempre o melhor de si.

Essa postura e conduta de desafiar os colaboradores constantemente à aquisição de novos conhecimentos e de oferecer-lhes as condições necessárias para enfrentarem esses desafios consolidam uma cultura de aprendizagem contínua e de busca sistemática pelo alto desempenho.

2.2. Partes Relacionadas

De acordo com o Contrato de Concessão entende-se por parte relacionada referente à concessionária e ao Acionista Privado, qualquer controladora, coligada e respectivas controladas, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis em vigor.

De forma a garantir a governança em suas transações comerciais com partes relacionadas, cuja finalidade precípua é garantir a lisura nos procedimentos, o cumprimento das cláusulas contratuais e a proteção ao acionista minoritário, os acionistas da Concessionária estabeleceram no Estatuto Social que a INFRAERO possui voto de qualidade nessas matérias. Todo e qualquer contrato a ser realizado com parte relacionada deverá ser previamente submetido à análise da INFRAERO e somente poderão ser aprovadas mediante consentimento expresso da mesma.

Ademais, de forma a salvaguardar o cumprimento do preceito supra citado, o Acordo de Acionistas estabelece alguns procedimentos específicos que deverão ser observados nas contratações com partes relacionadas, cuja finalidade é garantir que todas as contratações feitas nessas condições sejam transparentes e estejam dentro dos parâmetros de mercado.

3. Desempenho Econômico e Financeiro

3.1. Mercado Aeroportuário Brasileiro

A aviação comercial brasileira tem sofrido fortemente os impactos da maior crise econômica da história do Brasil uma vez que o crescimento do mercado de transporte aéreo sempre esteve baseado no desenvolvimento econômico e redução contínua dos preços das passagens aéreas. Os efeitos nefastos do esfriamento da atividade econômica acumulados pelas sucessivas quedas do PIB desde 2014 fez com que o transporte aéreo brasileiro recuasse para níveis observados em 2011. De acordo com dados da ANAC, Dezembro de 2016 deve representar o 17º mês consecutivo de quedas no volume de passageiros domésticos – algo inédito na série histórica mensal desde 2000.

Mesmo com esse cenário adverso no curto prazo, especialistas veem o Brasil como uma terra de oportunidades para o transporte aéreo. Ao se considerar os principais drivers macroeconômicos para o desenvolvimento da aviação comercial: população, economia e área territorial, somente três países no mundo todo reúnem essa potencialidade: Estados Unidos, China e Brasil. Dessa maneira, o mercado brasileiro possui um elevado potencial de aumento por viagens aéreas devido à baixa penetração desse modal na população. De acordo com dados extraídos da ANAC e do IBGE, a relação passageiros transportados por população no Brasil, utilizada para medir a penetração desse modal em um mercado, gira em torno de 0,5, bem abaixo de nações desenvolvidas e de dimensões continentais como os Estados Unidos que hoje está em 2,2. Esse potencial de crescimento está refletido nas

previsões de mercado para os próximos 20 anos que os fabricantes de aeronaves desenvolvem todos os anos. A Airbus, por exemplo, em sua última previsão estima que o Brasil quase triplicará o número de passageiros domésticos entre 2015-2035.

3.2. Desempenho

O exercício de 2016, apresentou uma queda de 14,7% no número de passageiros em relação ao ano de 2015. Como demonstrado no quadro abaixo:

Principais Indicadores	2016	2015	Variação
Número de passageiros incluindo conexões Milhares	9.639	11.304	-14,7%
Movimentação total de aeronaves (MTA) Milhares	99,4	113,5	-12,4%
Volume de cargas ¹ (tons) Milhares	27.536	30.269	-9,0%
¹ Volume de cargas embarcadas e desembarcadas no terminal (TECA)			

3.2.1. Receitas Consolidadas

Em 2016, a BH Airport registrou receita líquida ajustada de R\$ 185.898 como demonstrado no quadro abaixo:

Receita Operacional		
R\$ Mil	2016	2015
Receitas Reguladas	132.299	140.510
Receitas Não Reguladas	81.209	80.126
Receita Bruta Ajustada ¹	213.508	220.636
Deduções da Receita Bruta ²	-27.610	-21.641
Receita Líquida Ajustada ¹	185.898	198.995

¹ Ajustes: Desconsidera os impactos da Receita de Construção (IFRS)

² Em 2015 foram reconhecidos os créditos de pis/cofins sobre os custos operacionais.

3.2.2. Dívida

Em 18 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou contrato de financiamento para empréstimo ponte junto ao BNDES no valor de R\$ 405.000 mil, sendo o montante total, advindo de recursos do BNDES. O prazo de vigência do contrato é de 18 meses com vencimento em julho de 2017, contados a partir da assinatura do contrato. A amortização será realizada em parcela única “*Bullet*” e os juros serão pagos trimestralmente até a amortização total do contrato. O BNDES realizou em 2016 desembolsos no montante total de R\$ 288.003 mil, restando o montante de R\$ 116.997 mil com desembolsos agendados para o primeiro trimestre de 2017.

4. Sustentabilidade

4.1. Desempenho Social

4.1.1. Capital Social e de Relacionamento – *Stakeholders*

A BH Airport, mantém dois projetos, iniciados em 2014, visando o aprimoramento do capital social e de relacionamento com a comunidade do entorno do sítio aeroportuário: o Projeto Avança Judô e Projeto Minas de Sonhos.

Avança Judô é uma ferramenta de inclusão social através do esporte, promovida e coordenada pela Confederação Brasileira de Judô - CBJ e integrada aos programas sociais da BH Airport, que visa a criação de condições e oportunidades para que todas as crianças e adolescentes possam desenvolver, através do esporte, o seu potencial como pessoas e cidadãos.

Minas de Sonhos desenvolve atividades socioeducativas, culturais, recreativas, esportivas, visando o exercício da cidadania, a educação para valores, saúde e qualidade de vida; cursos de capacitação profissional na área da informática, arte culinária, artesanato em geral, atendimento ao cliente para a geração de renda e preparação para o mercado de trabalho. É uma parceria da BH Airport com as prefeituras de Pedro Leopoldo, Vespasiano, Confins e Lagoa Santa, e a Fundação Pedro Leopoldo. Anualmente são atendidos 120 adolescentes, sendo 30 em cada município parceiro.

4.1.2. Capital Humano e Intelectual

A BH Airport tem o compromisso de valorizar o desenvolvimento profissional dos seus colaboradores, por meio do seu Programa de Alinhamento e Desenvolvimento da Liderança – PADL, partindo do autoconhecimento e da expansão da perspectiva da liderança, gestão e entendimento da estratégia corporativa do negócio, para, desta forma, garantir a entrega dos resultados pactuados com acionistas e demais partes interessadas e consolidar uma cultura organizacional de aprendizado e alto desempenho.

4.2. Desempenho Ambiental

4.2.1. Capital Natural

Em 2016 a BH Airport deu continuidade a implantação e consolidação de seu Sistema de Gestão Integrada-SGI, que define as entradas, tratativas e saídas relacionadas às questões ambientais, estruturados por cinco grandes eixos de processos:

- Gerir Aspectos e Impactos Ambientais
- Gestão de Licenciamento Ambiental
- Gestão de Flora
- Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)
- Programa de Gerenciamento do Risco da Fauna (PGRF)

A estrutura da documentação que nos garante a governança em questões ambientais está em fase avançada de desenvolvimento de seus procedimentos, instruções de trabalho e formulários. Podemos destacar como principais conquistas a:

- consolidação do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) como o incentivo e colaboração no desenvolvimento e legalização da ASCAMARE (Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Lagoa Santa) através da qualificação, adequação estrutural e conscientização dos integrantes, onde os mesmos obtiveram o AVCB e regularização de licenciamento ambiental para o desenvolvimento de suas atividades, reforçando nosso compromisso de contribuir com a inclusão social e geração de renda para os catadores de materiais recicláveis da região. No ano de 2016, foram doados mais de 244 toneladas de materiais recicláveis, entre estes: papel, plástico, vidro, metal e madeira.
- finalização dos estudos ambientais que resultaram na obtenção da Licença de Operação para o Terminal de Passageiros 2 (TPS2) dentro do cronograma e prazo estipulados ainda em 2015, honrando importantes compromissos contratuais da concessão.
- elaboração dos estudos ambientais objetivando o Licenciamento Prévio (LP) para a construção da 2ª PPD, conforme compromisso contratual, tendo expressivo resultado de fechamento em 2016 com cerca de 90% dos estudos ambientais concluídos.

4.3. Reconhecimentos e Prêmios

O Aeroporto Internacional de Belo Horizonte atingiu a 4ª colocação no ranking dos Aeroportos mais pontuais do mundo, na categoria entre 5 milhões e 10 milhões de passageiros/ano, com um índice de 88,49%, e alcançou o 1º lugar geral entre os principais aeroportos do país.

O levantamento foi divulgado pela OAG, consultoria britânica que analisa o desempenho de aeroportos em todo o mundo. De acordo com o Relatório Punctuality League 2016, os critérios de avaliação consideram os empreendimentos de acordo com as categorias muito grande (com movimentação acima de 22 milhões de passageiros por ano); grande (entre 10 milhões e 20 milhões); médio (entre 5 milhões e 10 milhões) e pequeno (entre 2,5 milhões e 5 milhões).

Segundo Pesquisa da Secretaria de Aviação Civil (SAC), o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte obteve um crescimento de 30,2% na nota que mede a Satisfação Geral do Passageiro desde que a Concessionária BH Airport assumiu a sua gestão, em agosto de 2014. A nota geral dada pelos usuários passou de 3,31 no segundo trimestre de 2014 para 4,31 em dezembro de 2016, em uma escala entre zero e cinco, representando 89% de avaliação entre bom e ótimo. A avaliação dos passageiros faz parte do Relatório de Desempenho Operacional dos Aeroportos, coordenado pela SAC.

Os passageiros ouvidos na pesquisa de satisfação avaliaram 41 quesitos, sendo que em 33 quesitos, o Aeroporto obteve nota superior a 4, ou seja, acima de 80% de aprovação, o que revela um crescimento consistente na melhoria da qualidade na prestação de serviço ao usuário do aeroporto, ficando entre os 10 melhores aeroportos do país.

5. Considerações Finais

5.1. Agradecimentos

A Administração da BH Airport agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, em especial a Agência Nacional de Aviação Civil, aos usuários, financiadores e instituições financeiras e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento.

Agradecemos também aos nossos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para superação dos desafios .

5.2. Auditores Independentes

As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.3. Declaração da Diretoria

A Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, sobre as Demonstrações Financeiras emitida nesta data, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Confins, 13 de fevereiro de 2017.

Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.
Confins - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e consistente em relação às demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n° 2 SP 011609/O-8

Roberto Torres dos Santos
Contador
CRC n°1 SP 219663/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A., no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. Com base nos exames efetuados, considerando as informações prestadas por Deloitte Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, manifesta-se, por unanimidade, favoravelmente às referidas demonstrações, que estão em condições de serem votadas pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Confins, 13 de fevereiro de 2017

Paulo Yukio Fukuzaki
Conselheiro Fiscal

Carl Douglas de Gennaro Oliveira
Conselheiro Fiscal

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Balanço patrimonial

em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	83.331	75.979	Fornecedores	14	48.880	25.813
Contas a receber	7	23.778	25.101	Contas a pagar - partes relacionadas	9	4.788	18.328
Contas a receber - partes relacionadas	9	17	-	Impostos e contribuições a recolher		6.006	3.746
Despesas antecipadas		1.856	874	Obrigações sociais e trabalhistas		15.604	12.920
Impostos a recuperar		8.385	8.765	Obrigações com o Poder Concedente	15 (a) (b)	162.355	81.254
Outros créditos		3.216	4.292	Empréstimos e Financiamentos	12	289.846	-
				Outras contas a pagar		9.234	8.437
				Total do passivo circulante		536.713	150.498
Total do ativo circulante		120.583	115.011				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Obrigações com o Poder Concedente			
Impostos diferidos	8b	161.826	93.432	Obrigações com o Poder Concedente	15a	1.326.681	1.218.630
Depósitos judiciais e outros créditos	16	81.052	9	Contingências Trabalhistas		8	-
		242.878	93.441	Total do passivo não circulante		1.326.689	1.218.630
Imobilizado	10	31.280	20.290	Patrimônio líquido			
Intangível	11	1.755.870	1.218.397	Capital social	16a	611.940	263.470
				Prejuízos acumulados		(324.731)	(185.459)
Total do ativo não circulante		2.030.028	1.332.128	Total do patrimônio líquido		287.209	78.011
Total do ativo		2.150.611	1.447.139	Total do passivo e patrimônio líquido		2.150.611	1.447.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2016	2015
Receita líquida	17	746.806	321.902
Custos dos serviços prestados			
Serviços		(61.984)	(74.183)
Custo com pessoal		(41.313)	(37.855)
Custo de construção		(560.908)	(122.907)
Depreciação e amortização	10 e 11	(21.058)	(14.541)
Custo da outorga		(10.639)	(10.956)
Seguros contratuais		(2.293)	(2.373)
Materiais, equipamentos e veículos		(8.107)	(5.073)
Outros		(14.088)	(17.267)
		<u>(720.390)</u>	<u>(285.155)</u>
Resultado bruto		26.416	36.747
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(20.358)	(18.157)
Serviços		(18.151)	(27.079)
Materiais, equipamentos e veículos		(370)	(774)
Depreciação e amortização	10 e 11	(2.429)	(865)
Outros		(6.377)	(5.951)
		<u>(47.685)</u>	<u>(52.826)</u>
Despesas/Receitas Operacionais			
Outras receitas/despesas operacionais		101	198
Resultado antes do resultado financeiro		(21.168)	(15.881)
Resultado financeiro	18	(186.498)	(225.727)
Prejuízo operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		(207.666)	(241.608)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8a	<u>68.394</u>	<u>80.972</u>
Prejuízo do exercício		(139.272)	(160.636)
Prejuízo por ação - básico e diluído (em reais - R\$)		<u>(0,2555)</u>	<u>(0,3048)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstração do resultado abrangente

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prejuízo do exercício	(139.272)	(160.636)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(139.272)</u></u>	<u><u>(160.636)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social		Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar		
Saldos em 1º de janeiro de 2015		526.940	(263.470)	(24.823)	238.647
Prejuízo do exercício		-	-	(160.636)	(160.636)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>526.940</u>	<u>(263.470)</u>	<u>(185.459)</u>	<u>78.011</u>
Integralização de capital em 29 de abril de 2016	16a	-	263.470	-	263.470
Aumento de capital em 14 de outubro de 2016	16a	110.000	(25.000)	-	85.000
Prejuízo do exercício		-	-	(139.272)	(139.272)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>636.940</u>	<u>(25.000)</u>	<u>(324.731)</u>	<u>287.209</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(139.272)	(160.636)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(68.394)	(80.972)
Depreciação e amortização	23.487	15.406
Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	4	-
Variação monetária das obrigações com o poder concedente	144.712	199.681
Juros e variação monetária sobre financiamentos	13.812	-
Capitalização de Custo de Empréstimos	(7.031)	-
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	8	-
Constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.382	483
Ajuste a valor presente de obrigações com poder concedente	44.742	45.255
	<u>152.722</u>	<u>179.853</u>
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) redução dos ativos:		
Contas a receber	(59)	501
Impostos a recuperar	380	1.494
Despesas antecipadas, depósitos judiciais e outros créditos	(80.949)	(1.756)
Contas a receber - partes relacionadas	(17)	-
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	23.067	19.765
Contas a pagar - partes relacionadas	(13.540)	9.842
Obrigações sociais e trabalhistas	2.684	8.199
Impostos e contribuições a recolher	2.260	1.694
Obrigações com o poder concedente	(302)	(60.890)
Outras contas a pagar	797	(1.920)
	<u>(52.229)</u>	<u>(3.854)</u>
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	<u>(52.229)</u>	<u>(3.854)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(16.438)	(41.538)
Adições ao ativo intangível	(548.485)	(146.634)
	<u>(564.923)</u>	<u>(188.172)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(564.923)</u>	<u>(188.172)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	348.470	-
Financiamentos	282.254	-
Financiamento (Pagamento de juros)	(6.220)	-
	<u>624.504</u>	<u>-</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>624.504</u>	<u>-</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>7.352</u>	<u>(192.026)</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	75.979	268.005
No final do exercício	83.331	75.979
	<u>7.352</u>	<u>(192.026)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.
Demonstrações do valor adicionado
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Receitas		
Receitas aeroportuárias	213.508	220.636
Receitas de construção	560.908	122.907
Outras receitas	7.031	-
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(90.079)	(96.966)
Materiais, energia e serviços de terceiros e outros	(25.555)	(35.781)
Custo de construção	<u>(560.908)</u>	<u>(122.907)</u>
Valor adicionado bruto	<u>104.905</u>	<u>87.889</u>
Depreciação e amortização	<u>(23.487)</u>	<u>(15.406)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>81.418</u>	<u>72.483</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	<u>18.840</u>	<u>27.213</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u><u>100.258</u></u>	<u><u>99.696</u></u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	(39.016)	(35.128)
Benefícios	(10.359)	(9.526)
FGTS	(2.351)	(2.065)
Outras	(1.124)	(1.574)
Tributos		
Federais	33.725	48.204
Municipais	(2.153)	(1.885)
Estaduais	(105)	(19)
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	(159.260)	(200.603)
Aluguéis	(3.506)	(1.525)
Outorga	(55.381)	(56.211)
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	<u>139.272</u>	<u>160.636</u>
	<u><u>(100.258)</u></u>	<u><u>(99.696)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (BH Airport), é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 22 de janeiro de 2014, tendo como objeto exclusivo a prestação de serviços públicos para ampliação, manutenção, exploração de infraestrutura aeroportuária e do respectivo Complexo Aeroportuário, localizados nos municípios de Confins e Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, e outras atividades necessárias ou convenientes a este fim, como a constituição de subsidiárias integrais para a execução de atividades compreendidas no objeto social, a importação de bens e serviços necessários à execução das atividades compreendidas no objeto social e à execução de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto.

A sede está localizada na Rodovia MG-10 Km 09, município de Confins – MG, sala B13A.

A concessão compreende o Complexo Aeroportuário a ser implementado em três fases:

- FASE I-A – transferência das operações do Aeroporto da INFRAERO para a Concessionária; que ocorreu em três etapas:
- Estágio I: Iniciada em 07 de maio de 2014, no qual a Concessionária apresentou à ANAC o Plano de Transferência Operacional (PTO), encerrado em 02 de junho de 2014.
- Estágio II: Após 02 de junho de 2014, a operação ficou sobre responsabilidade da INFRAERO sendo assistida pelos prepostos da Concessionária até o dia 11 de agosto de 2014.
- Estágio III: A partir de 12 de agosto de 2014, a Concessionária assumiu a operação do Aeroporto sendo auxiliada por prepostos indicados da INFRAERO, até o dia 11 de janeiro de 2015.

A partir do dia 12 de janeiro de 2015, a Concessionária assumiu integralmente a operação do Aeroporto.

- FASE I-B – ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação e melhoria do nível de serviço;
- FASE II – demais fases de ampliação, manutenção, exploração do Aeroporto, para atendimento aos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento previstos no PEA – Plano de Exploração Aeroportuária.

A concessão, conforme definido no Edital de Leilão nº 01/2013, terá prazo de 30 anos, contados a partir da data de eficácia, em 07 de maio de 2014.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. **Principais práticas contábeis**

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) **Moeda estrangeira**

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas, decorrentes de variações de investimentos no exterior, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na conta de ajustes acumulados de conversão, e reconhecidos na demonstração de resultado quando esses investimentos forem alienados total ou parcialmente.

b) **Apuração do resultado**

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

c) **Reconhecimento de receita**

As receitas são reconhecidas na medida em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

- i. **Receitas de Serviços:** A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, sendo registrada no momento da prestação do serviço.
 - i. **Receita de serviços regulados:** São aqueles incidentes sobre a efetiva utilização dos serviços, dos equipamentos, das instalações e das facilidades disponíveis no Aeroporto, tais como: tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia.
 - ii. **Receitas de serviços não regulados:** São referentes a exploração de outras atividades no Aeroporto, como cessão de espaços concedidos, estacionamentos, direito de acesso ao terminal e outros serviços de apoio. Estas receitas tem regras estabelecidas no contrato de concessão e são negociadas livremente entre as empresas interessadas nos negócios.
- ii. **Receitas de construção:** Segundo a ICPC 01 (R1), quando a Concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 (R1) – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, mudanças neste são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

- Capital social – ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

g) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esse possa operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica limitada ao prazo de concessão. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o tempo esperado de geração de benefício econômico estimado.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “q”
- Direito de outorga - vide item “p”

i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

l) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos dos empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

m) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionado aos impostos sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

o) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

p) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 14 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de ativar o preço da delegação do serviço público, reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 16), baseado nos termos contratuais.

Neste tipo de contrato, o concessionário adquire um direito de exploração, uma licença para operar por prazo determinado e, conseqüentemente, a obrigação irrevogável de (a) efetuar pagamentos em caixa ao poder concedente e (b) realizar melhorias e expansões da infraestrutura. O passivo está apresentado pelo valor presente da obrigação.

q) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização.

r) Demonstrações de valor adicionado

Foram elaboradas demonstrações do valor adicionado (DVA) da controladora e do consolidado, nos termos do CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

s) Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2016 pelo International Accounting Standards Board – IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Em 2014, o IASB publicou em sua completude a IFRS 9, a qual substitui em grande parte o IAS 39. A IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não-financeiros, além de metodologia de redução ao valor recuperável e contabilidade de <i>hedge</i> , dentre outros.	(a) 1º janeiro de 2018
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	A IFRS 15 substitui o IAS 11, o IAS 18, o IFRIC 13, o IFRIC 15, o IFRIC 18 e o SIC-31 e estabelece uma regra abrangente a ser utilizada pelas entidades para reconhecimento de receitas de contratos com clientes.	(a) 1º janeiro de 2018
IFRS 16 - Arrendamentos	A IFRS 16 substitui o IAS 17, o IFRIC 4, o SIC-15 e o SIC-27 e dispõe sobre os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e estabelece, na visão do arrendatário, basicamente, um único modelo contábil, onde o arrendatário deve reconhecer o ativo e o passivo de todos os arrendamentos com prazos maiores de 12 meses a menos que o bem seja considerado de baixo valor. O arrendatário é requerido a registrar o direito de uso do ativo representando o direito de uso do bem e o passivo representando a obrigação de fazer os pagamentos do arrendamento. Quanto ao arrendador, os requerimentos do IAS 17 foram trazidos para a IFRS 16, podendo o arrendador classificar e contabilizar os arrendamentos como financeiros ou operacionais.	(b) 1º janeiro de 2019

- a) Aplicação em exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018; e
b) Aplicação em exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

t) *Novos Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016*

Ciclo Anual de Melhorias (2012 - 2014): Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais. Nesse ciclo foram revisadas a IFRS 5 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, a IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, a IAS 19 - Benefícios aos Empregados e a IAS 34 - Relatório Financeiro Intermediário.

Alteração da IFRS 11 - Negócios em Conjunto: A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de operações em conjunto cuja atividade constitui um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios.

Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 - Ativos Intangíveis: A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo.

Alteração da IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações financeiras, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS.

Alterações na IAS 28, IFRS 10 e IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento.

Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Em 17 de março de 2017, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

2	Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1)
7	Provisão para créditos de liquidação duvidosa
8	Impostos diferidos
10	Depreciação do ativo imobilizado
11	Amortização dos ativos intangíveis
19	Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

• Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

• Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxas de juros e inflação;
- Risco de taxa de câmbio; e
- Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas investidas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos Poderes Concedentes, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos às aplicações financeiras e (2) do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) relativo ao ônus da concessão e tarifas. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas no 6, 12, 19.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 416.130, substancialmente composto por empréstimos e financiamentos e obrigações com o Poder Concedente (outorga), conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 e 15.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e bancos	230	329
Aplicações financeiras		
CDB	<u>83.101</u>	<u>75.650</u>
	<u>83.331</u>	<u>75.979</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 95,00% do CDI, equivalente a 14,16% ao ano (13,21% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2015).

7. Contas a receber

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante		
Receitas tarifárias (a)	16.073	16.754
Receitas não tarifárias (b)	<u>9.570</u>	<u>8.830</u>
	25.643	25.584
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(1.865)</u>	<u>(483)</u>
	<u>23.778</u>	<u>25.101</u>

Idade de vencimentos dos títulos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Créditos a vencer	22.021	23.536
Créditos vencidos até 60 dias	1.666	1.357
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	91	208
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	809	338
Créditos vencidos há mais de 181 dias	<u>1.056</u>	<u>145</u>
	<u>25.643</u>	<u>25.584</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes de tarifas de embarque, tarifas de conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia;
- (b) Créditos a receber decorrentes de créditos de receitas como estacionamento, locação de espaço físico, direito de acesso ao terminal e outros serviços de apoio; e
- (c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 120 dias para receitas tarifárias e de 90 dias para receitas não tarifárias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(207.666)	(241.608)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	70.606	82.147
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(785)	(370)
Despesas com brindes e associações de classe	(297)	(324)
Despesas indedutíveis	(799)	(736)
Outros ajustes tributários	<u>(331)</u>	<u>255</u>
Crédito de imposto de renda e contribuição social	68.394	80.972
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	<u>68.394</u>	<u>80.972</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>33%</u>	<u>34%</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Bases ativas		
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	134.067	72.786
Despesas diferidas para fins fiscais - Lei n°. 11.638/07	1.357	1.790
Provisão para fornecedores	67	177
Direito de outorga	27.517	16.369
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.683	1.374
Provisão de obrigações contratuais	-	772
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	634	164
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	3	-
	<u>165.328</u>	<u>93.432</u>
Bases passivas		
Custos dos empréstimos capitalizados	(2.390)	-
Custo da transação na emissão de títulos	(1.105)	-
Provisão de obrigações contratuais	(7)	-
	<u>(3.502)</u>	<u>-</u>
Ativo diferido	<u>161.826</u>	<u>93.432</u>

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 134.067 a partir de 2022.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício de 2016, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras e profissionais chave da administração.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2016			
	Transações		Ativo	Passivo
	Serviços prestados	Imobilizado/ Intangível	Contas a receber	Fornecedores
Controladoras				
CCR (a)	7.132	-	-	585
CPC (b)	6.501	1.439	17	718
Infraero (c)	859	-	-	1.206
Zurich Airport (d)	6.728	-	-	2.279
Total circulante, 31 de dezembro de 2016			<u>17</u>	<u>4.788</u>
Total, 31 de dezembro de 2016	<u>21.220</u>	<u>1.439</u>	<u>17</u>	<u>4.788</u>
Total circulante, 31 de dezembro de 2015	<u>46.533</u>	-	-	<u>18.328</u>
Total, 31 de dezembro de 2015	<u>46.533</u>	-	-	<u>18.328</u>

Despesas com profissionais chave da administração

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remuneração (e)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	6.725	5.807
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	1.201	1.225
Complemento de PPR pago no ano	1.152	1.165
Previdência privada	187	194
Seguro de vida	<u>11</u>	<u>11</u>
	<u>9.276</u>	<u>8.402</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remuneração dos administradores (e)	<u>1.726</u>	<u>1.539</u>

Na AGO realizada em 27 de abril de 2016, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 6.976, a qual não inclui os encargos sociais. A remuneração anual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (b) Os valores referem-se a serviços de consultoria, assessoria, suporte e implementação em tecnologia da informação, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) Os valores referem-se, substancialmente, a três softwares de propriedade da INFRAERO nos quais a Companhia pagou pela utilização, são eles (i) software de gerenciamento do terminal de carga; (ii) software de gerenciamento de informações aeronáuticas, e (iii) software de cadastro e controle de credenciais;
- (d) Contrato de consultoria de operação e gerenciamento do Aeroporto firmado em 02 de dezembro de 2014; e
- (e) Contempla o valor total da remuneração fixa atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas.

10. Ativo Imobilizado

Movimentação do custo

	2016					2015				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final	
Móveis e utensílios	1.004	-	(5)	757	1.756	405	-	599	1.004	
Máquinas e equipamentos	3.590	-	-	2.512	6.102	868	-	2.722	3.590	
Veículos	1.255	-	-	13.358	14.613	301	-	954	1.255	
Imobilizações em andamento	15.653	16.438	-	(19.012)	13.079	1.952	41.538	(27.837)	15.653	
	<u>21.502</u>	<u>16.438</u>	<u>(5)</u>	<u>(2.385)</u>	<u>35.550</u>	<u>3.526</u>	<u>41.538</u>	<u>(23.562)</u>	<u>21.502</u>	

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	2016				2015		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(81)	(156)	1	(236)	(20)	(61)	(81)
Máquinas e equipamentos	13	(944)	(714)	-	(1.658)	(21)	(923)	(944)
Veículos	22	(187)	(2.189)	-	(2.376)	(19)	(168)	(187)
		<u>(1.212)</u>	<u>(3.059)</u>	<u>1</u>	<u>(4.270)</u>	<u>(60)</u>	<u>(1.152)</u>	<u>(1.212)</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

11. Ativos Intangíveis

Movimentação do custo

	2015		2016	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	153.576	555.516	3	709.095
Direitos de uso de sistemas informatizados	24.045	-	2.382	26.427
Direito da concessão	1.060.271	-	-	1.060.271
	<u>1.237.892</u>	<u>555.516</u>	<u>2.385</u>	<u>1.795.793</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINIS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2014		2015		
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	6.941	146.634	1	-	153.576
Direitos de uso de sistemas informatizados	484	-	23.561	-	24.045
Direito da concessão	1.069.119	-	-	(8.848)	1.060.271
	<u>1.076.544</u>	<u>146.634</u>	<u>23.562</u>	<u>(8.848)</u>	<u>1.237.892</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 7.031 em 2016. A taxa média de capitalização em 2016 foi de 0,57% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos).

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	2016			2015		
		Saldo inicial	Adições	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(60)	(347)	(407)	-	(60)	(60)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(601)	(5.090)	(5.691)	(8)	(593)	(601)
Direito da concessão	(b)	(18.834)	(14.991)	(33.825)	(5.233)	(13.601)	(18.834)
		<u>(19.495)</u>	<u>(20.428)</u>	<u>(39.923)</u>	<u>(5.241)</u>	<u>(14.254)</u>	<u>(19.495)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(b) Amortização pela curva do benefício econômico.

12. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2016	Vencimento final	2016
Em moeda nacional						
1. BNDES - TJLP (Subcrédito A)	TJLP + 3,45% A.A	5,9475% (a)	3.331	1.896	Julho de 2017	158.281 (b)
1. BNDES - TJLP (Subcrédito B)	TJLP + 2,40% A.A	6,4272% (a)	1.307	1.307	Julho de 2017	78.884 (b)
1. BNDES - TJLP (Subcrédito C)	TJLP + 2,66% A.A	5,1338% (a)	1.110	630	Julho de 2017	52.681 (b)
Subtotal em moeda nacional				3.833		289.846
Total geral						289.846
Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros						293.679
Custos de transação						(3.833)
						<u>289.846</u>

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

(b) Aval / fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 18 de dezembro de 2015, foi firmado contrato de empréstimo ponte com o BNDES, no montante de R\$ 405.000, com vencimento em 15 de julho de 2017. O montante total está dividido em: subcrédito A, remunerado à TJLP + 3,45% a.a., no valor de R\$ 154.913, garantidos por garantia fidejussória da CCR S.A.; subcrédito B, garantido por carta de fiança bancária, com remuneração à TJLP + 2,40% a.a., no valor de R\$ 198.450 e subcrédito C remuneração à TJLP + 2,66% a.a., no valor de R\$ 51.637, garantia fidejussória pela Flughafen Zurich AG. A primeira liberação ocorreu em 27 de janeiro de 2016, no valor de R\$ 50.000, sendo R\$ 37.500 do subcrédito A e R\$ 12.500 do subcrédito C. A segunda liberação ocorreu em 19 de abril de 2016, no valor de R\$ 30.004, sendo R\$ 22.503 do subcrédito A e R\$ 7.501 do subcrédito C. A terceira liberação ocorreu em 12 de agosto de 2016, no valor de R\$ 80.000, sendo R\$ 60.000 do subcrédito A e R\$ 20.000 do subcrédito C. A quarta liberação ocorreu em 26 de setembro de 2016, no valor de R\$ 47.998, sendo R\$ 35.998 do subcrédito A e R\$ 12.000 do subcrédito C. A quinta liberação ocorreu em 22 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 80.000, referente ao subcrédito B.

A CCR, garantidora do subcrédito A, obriga-se a manter, durante a vigência do contrato de empréstimo ponte, índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. Na hipótese de não atingimento do *covenant*, a BH Airport deverá constituir, no prazo de 60 dias, contado da data da comunicação, por escrito do BNDES, garantias reais, aceitas por este, em valor correspondente a, no mínimo, 130% do valor do subcrédito A ou da dívida dele decorrente, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos, sob pena de vencimento antecipado.

O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES.

13. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2016		
	Constituição	Reversão	Saldo Final
Contingências trabalhistas	26	(18)	8

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e administrativas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 2.102, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Fornecedores

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	48.112	23.064
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	-	2.156
Cauções e retenções contratuais (b)	768	593
	<u>48.880</u>	<u>25.813</u>

(a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

15. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Contribuição fixa

Refere-se ao montante anual a ser pago ao Poder Concedente em decorrência da oferta realizada no leilão objeto da concessão.

	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	<u>Valor Nominal</u>	<u>Valor Presente (Contábil)</u>	<u>Valor Nominal</u>	<u>Valor Presente (Contábil)</u>
Circulante	150.847	151.704	71.415	70.298
Não circulante	2.062.949	1.326.681	1.999.634	1.218.630
	<u>2.213.796</u>	<u>1.478.385</u>	<u>2.071.049</u>	<u>1.288.928</u>

Esses compromissos, atualizados até 31 de dezembro de 2016, estavam assim distribuídos:

	<u>2016</u>	
	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
2016	74.441	76.406
2017	76.406	75.298
2018	76.406	70.351
2019	76.406	67.951
2020 em diante	1.910.138	1.188.379
	<u>2.213.796</u>	<u>1.478.385</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 4,3% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor do ônus da concessão será liquidado em 30 parcelas anuais e consecutivas, cujo montante é reajustado anualmente conforme o IPC-A.

Em 08 de maio de 2016, a concessionária efetuou depósito judicial, no montante de R\$ 74.442, referente à parcela da outorga vincenda na mesma data, o saldo corrigido é de R\$ 81.052.

b. Contribuição variável

Refere-se ao montante a ser pago ao Poder Concedente a título de contribuição variável de outorga, resultante da aplicação de alíquota de 5% sobre a receita bruta da Concessionária.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante	10.651	10.956

A contribuição variável é paga anualmente.

c. Compromissos relativos à concessão

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão, no montante de R\$ 1.025.437 em 2016 e R\$ 1.453.127 em 2015 (conforme PMI – Programa de Melhorias da Infraestrutura enviado a ANAC) em 31 de dezembro de 2015.

Os valores referem-se à melhor estimativa dos investimentos obrigatórios a serem realizados pela Concessionária, sem considerar gatilhos para investimentos. Os valores estão atualizados pelo IPCA até a data do reajuste da tarifa.

16. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 29 de abril de 2016, foi integralizado o valor de R\$ 263.470.

Em 14 de outubro de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 110.000, com integralização de R\$ 85.000, passando o capital social da Companhia de R\$ 526.940 para R\$ 611.940, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, conforme abaixo:

		<u>2016</u>	<u>2015</u>
	<u>Participação</u>	<u>Quantidade de</u>	<u>Quantidade de</u>
	<u>acionária</u>	<u>ações</u>	<u>ações</u>
		<u>(em unidades)</u>	<u>(em unidades)</u>
SPAC	51,0%	312.089.400	268.739.400
INFRAERO	49,0%	299.850.600	258.200.600
		<u>611.940.000</u>	<u>526.940.000</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Resultado por ação

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

Segue abaixo o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Numerador		
Prejuízo do exercício	(139.272)	(160.636)
Denominador		
Média ponderada de ações (em milhares)	545.055	526.940
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em R\$	(0,25552)	(0,30485)

17. Receitas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas tarifárias (a)	132.299	140.510
Receitas não tarifárias (b)	81.209	80.126
Receitas de construção	<u>560.908</u>	<u>122.907</u>
Receita bruta	774.416	343.543
Impostos sobre as receitas	(27.151)	(19.855)
Receitas canceladas	<u>(459)</u>	<u>(1.786)</u>
Deduções das receitas brutas	<u>(27.610)</u>	<u>(21.641)</u>
Receita líquida	<u><u>746.806</u></u>	<u><u>321.902</u></u>

(a) Receitas decorrentes de tarifas de embarque, tarifas de conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia;

(b) Receitas decorrentes de estacionamento, locação de espaço físico, direito de acesso ao terminal e outros serviços de apoio.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas financeiras		
Juros s/ empréstimos, financiamentos e debêntures	(12.197)	-
Variação monetária s/empréstimos, finantcos e debêntures	(1.615)	-
Variação monetária sobre obrigações com o Poder Concedente	(144.712)	(199.681)
Capitalização de custo dos empréstimos	7.031	-
Reversão do ajuste a valor presente - Outorga Fixa	(44.742)	(45.255)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(9.103)	(8.004)
	<u>(205.338)</u>	<u>(252.940)</u>
Receitas financeiras	(a)	
Rendimento sobre aplicações financeiras	10.539	25.895
Outras receitas financeiras	8.301	1.318
	<u>18.840</u>	<u>27.213</u>
Resultado financeiro	<u>(186.498)</u>	<u>(225.727)</u>

(a) Os valores estão deduzidos do PIS e Cofins sobre receitas financeiras no montante de R\$ 911.

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuados aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2016</u>			<u>2015</u>		
	Valor justo através do resultado	Recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	83.101	-	-	75.650	-	-
Contas a receber	-	23.778	-	-	25.101	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	17	-	-	-	-
Passivos						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	-	-	(289.846)	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(58.114)	-	-	(34.250)
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(4.788)	-	-	(18.328)
Obrigações com o Poder Concedente	-	-	(1.489.036)	-	-	(1.299.884)
	<u>83.101</u>	<u>23.795</u>	<u>(1.841.784)</u>	<u>75.650</u>	<u>25.101</u>	<u>(1.352.462)</u>

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.
- **Contas a receber, fornecedores, contas a pagar - partes relacionadas e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Financiamentos em moeda nacional e estrangeira, arrendamento mercantil financeiro e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Aplicações financeiras	83.101	75.650

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

20. Demonstração dos fluxos de caixa

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício de 2015 e não houve transações não caixa no exercício de 2016. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2015</u>
Obrigações com o Poder Concedente	<u>8.848</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	<u><u>8.848</u></u>
Adições ao ativo intangível	<u>(8.848)</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u><u>(8.848)</u></u>

A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Eventos subsequentes

Financiamento BNDES – BH Airport

Em 16 de janeiro de 2017, ocorreu a 6ª liberação do contrato de empréstimo ponte com o BNDES, sendo a 2ª liberação do subcrédito B, no montante de R\$ 50.000, com vencimento em 15 de julho de 2017, remunerado a TJLP + 2,40 % a.a.. O pagamento de juros será trimestralmente e a amortização do principal será no final.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição da Diretoria

Paulo Cesar de Souza Rangel	Diretor Presidente
Regio Marcelo Nóbrega Fernandes	Diretor Administrativo - Financeiro
Adriano Gonçalves de Pinho	Diretor de Infraestrutura
René Wilhelm Baumann	Diretor Comercial
Daniel Bircher	Diretor de Operações

Composição do Conselho Fiscal

Paulo Yukio Fukuzaki
Carl Douglas de Gennaro Oliveira

Composição do Conselho de Administração

Ricardo Bisordi de Oliveira Lima
Presidente

Paulo Roberto Cassoli Mazzali
Arthur Piotto Filho
Martin Eduardo Fernandes Gutierrez
Eduardo Roberto Stuckert Neto
Mauro César Santiago Chaves
Francisco de Assis Nunes Bulhões
Antônio Linhares da Cunha
Ricardo Antônio Mello Castanheira
Martin Max Schimdli

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3 “S” MG